



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002594-62.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Silvana Maria Godoy Amaral e outro**
 Requerido: **A. C. Nakahati - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré é revel.

Citada regularmente (fl. 48), ela não ofertou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 49), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelas autoras (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Como se não bastasse, os documentos que instruíram a petição inicial respaldam satisfatoriamente a postulação vestibular.

A multa no importe de 80% do valor do contrato afigura-se como manifestamente abusiva, colocando as autoras em posição de desvantagem exagerada em face da ré sem que houvesse justificativa alguma para tanto.

A cláusula que a contempla é, portanto, nula de pleno direito (art. 51, inc. IV, do CDC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante disso, impõe-se o acolhimento da pretensão deduzida para que se fixe em 10% o montante devido pelas autoras à ré em virtude da desistência do contrato.

Esse patamar é razoável e nada de concreto faz supor que a ré tivesse experimentado prejuízo em nível diverso.

Como ao que consta a ré já recebeu o total de R\$ 3.000,00, haverá de devolver às autoras R\$ 2.500,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: (1) declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes; (2) declarar abusiva a cláusula 10ª desse instrumento, fixando a multa a cargo das autoras para com a ré em 10% do valor do contrato; (3) condenar a ré a pagar às autoras a quantia de R\$ 2.500,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 40.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**